

**COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO,
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS – CDEICS**

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2019

(Do Sr. José Ricardo e da Sra. Erika Kokay)

Requer a realização de audiência pública para discutir o Projeto de Lei Nº 6.456/2016, que "dispõe sobre a garantia dos direitos dos trabalhadores nas contratações de serviços terceirizados".

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos à Vossa Excelência, ouvido o plenário desta Comissão, a realização de Audiência Pública para discutir o Projeto de Lei Nº 6.456/2016, que "dispõe sobre a garantia dos direitos dos trabalhadores nas contratações de serviços terceirizados", proposta que tramita atualmente neste colegiado. Solicitamos sejam convidados/as:

I) **Sr. Julimar Nonato** – Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços – CONTRACS;

II) **Sra. Maria Isabel Caetano dos Reis**, Presidente do Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio, Conservação, Trabalho Temporário, Prestação e Serviços Terceirizáveis no Distrito Federal (SINDISERVIÇOS-DF)

III) **Sr. José Boaventura Santos**, Presidente da Confederação Nacional de Vigilantes e Prestadores de Serviços;

IV) **Sr. Rodrigo Britto**, Presidente da Central Única dos Trabalhadores - Distrito Federal (CUT-DF); e

V) **Sra. Ludmila Reis Brito Lopes**, Procuradora do Ministério Público do Trabalho no Distrito Federal e no Tocantins.

JUSTIFICAÇÃO

O presente Requerimento visa a realização de audiência pública destinada a discutir o Projeto de Lei nº 6.456/2016, o qual "dispõe sobre a garantia dos direitos dos trabalhadores nas contratações de serviços terceirizados.

Entendemos ser fundamental que esta Comissão faça um amplo debate sobre a referida proposição. É preciso considerar que a aprovação da chamada reforma trabalhista trouxe graves consequências para o mundo do trabalho, especialmente no tocante aos direitos e garantias dos trabalhadores terceirizados.

O projeto altera a Lei das Licitações e Contratos para estabelecer a exigência de garantia para as provisões de encargos trabalhistas quanto a férias, décimo terceiro salário e multa do FGTS por dispensa sem justa causa. Com tal legislação, busca-se prevenir a repetição de situações socialmente dramáticas para os trabalhadores terceirizados, que cotidianamente veem as empresas em que trabalham encerrarem suas atividades sem o adimplemento dos direitos trabalhistas decorrentes dos contratos que celebraram.

Diante do exposto, e considerando a relevância do projeto para a normatização das relações trabalhistas, apresentamos o presente Requerimento para o qual contamos com o apoio dos nobres Pares.

Sala da Comissão, 05 de abril de 2019.